

Administração

Bolsonaro dá aumento de 33% para os professores e prefeitos reagem

— Só aos cofres municipais o impacto do reajuste anunciado para o piso da categoria é de R\$ 30,4 bilhões e confederação promete ir à Justiça; valor passa de R\$ 2.886 para R\$ 3.845

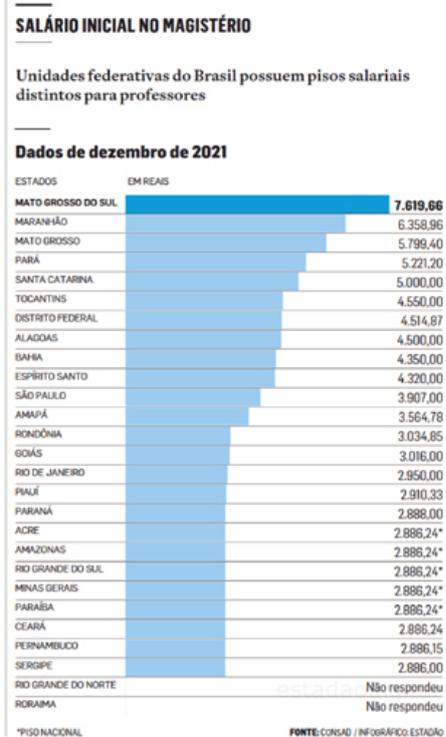
EDUARDO GAYER
DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem reajuste de 33,24% no piso para professores da educação básica. Apesar do consenso entre especialistas de que é preciso investir mais na área e na remuneração dos docentes, prefeitos reagiram, pois pagarão a maior parte da conta. Só nos cofres municipais, o impacto é de R\$ 30,4 bilhões, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que promete ir à Justiça para reverter a decisão. Hoje, o piso dos professores é de R\$ 2.886. Com o reajuste, irá para R\$ 3.845,63.

Do ponto de vista político, é um ganho para Bolsonaro, que disputa a reeleição neste ano, mas um problema para os prefeitos, que ficarão em situação difícil: ou dão um reajuste, sob risco ao caixa público, ou questionam e arrumam uma briga política. Com a promessa de reestruturar as carreiras policiais, Bolsonaro já descartou um reajuste a todos os servidores, o que teria impacto de R\$ 5 bilhões aos cofres federais. Ele alegou que não há espaço no Orçamento para um aumento para todas as carreiras.

Bolsonaro fez o anúncio sobre o teto em suas redes sociais, em uma foto ao lado do ministro da Educação, Milton Ribeiro. “É com satisfação que anunciamos para os professores, da educação básica, um reajuste de 33,24% no piso salarial. Esse é o maior aumento já concedido, pelo governo federal, desde o surgimento da Lei do Piso”, escreveu o presidente em referência à Lei do Magistério, de 2008.

A CNM vai recomendar aos prefeitos que não concedam o reajuste de 33,24% e decidiu sugerir às prefeituras um aumento menor, com base na inflação do ano passado, de pouco mais de 10%. “Não tem um centavo do governo federal para pagamento do piso do magistério no Brasil. O dinheiro não é da União. É muito bom fazer favor com chapéu alheio”, afirmou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, ao *Estadão*. “A disputa não é melhorar a educação no Brasil, a disputa é



pagar salário atrás de voto.”

PISO. O piso dos professores é estipulado anualmente conforme o custo por aluno, com base em lei de 2008. O valor é calculado com base na variação dos últimos dois anos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A questão é que no dia 14 deste mês o Ministério da Educação divulgou uma nota afirmando que o índice de reajuste reivindicado pelos professores não era mais condizente com o novo Fundeb, aprovado em 2021 e agora instrumento permanente.

A manifestação do MEC causou uma reação do magistério e a Comissão de Educação da Câmara divulgou nota técnica, argumentando que a regra da lei de 2008 deve ser aplicada. O presidente da CNM avalia que Bolsonaro contrariou o en-

tendimento jurídico por interesse eleitoral. “Vale a manifestação do MEC, com o parecer que veio da Advocacia-Geral da União (AGU), ou o Twitter do presidente? Como é que vamos trabalhar com a verba?”, indagou Ziulkoski.

Alternativa
A CNM vai recomendar aos prefeitos aumento menor, com base na inflação de 2021, de pouco mais de 10%

No Senado, a decisão de Bolsonaro foi vista como uma pressão sobre os gestores locais, que pagam a maioria dos professores da educação básica – lembrando que o teto vale para a rede pública, não particular. Há ainda a questão das disparidades entre Estados e municípios – o piso da categoria no Estado de São Paulo, por exemplo, equivale ao salário

Alta pode pressionar cidades pequenas, dizem especialistas

O reajuste de 33,24% no piso salarial de professores da educação básica pode pressionar os cofres públicos de cidades pequenas e, por consequência, sobrecarregar profissionais efetivos, apontam especialistas ouvidos pelo *Estadão*. Como solução, um caminho apontado para possibilitar a medida seria a criação de um regime de colaboração que envolve, além da esfera municipal, os governos federal e estadual.

“A Lei do Piso (de 2008) estabelecia uma revisão do salário com base no custo aluno/ano e o custo aluno/ano passou de R\$ 4 mil, isso que gerou esse aumento”, explica a diretora do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Cláudia Costin. “Faz sentido, e o Brasil vai ter de fazer um esforço para melhorar a educação pública.” Segundo Cláudia, embora desafiador, o reajuste de professores da educação básica é o correto neste momento. A diretora da FGV

reforça que, segundo dados do Censo Escolar, 81,4% dos alunos em nível básico estão em escolas públicas no Brasil, o que aumenta a necessidade de reconhecer o trabalho dos professores. “O que mais garante aprendizagem para todos em Educação é a qualidade do professor.”

Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Éliada Graziane reconhece que, entre os impactos advindos de uma implementação do novo piso, pode haver uma dispensa mais ampla de professores temporários – o que obrigaria os efetivos a assumir maior carga horária e a serem cobrados por uma maior produtividade. Além disso, a procuradora entende que o reajuste de 33,24% pode acarretar ainda em um achatamento na carreira dos professores, pois, para que os municípios consigam fechar as contas, a remuneração ao longo de toda a carreira ficaria muito próxima do piso. “Então, não teria uma evolução remuneratória tão adequada, (o que) já é inclusive uma medida adotada em muitos municípios e Estados”, alerta. **ITALLO LEBE**

acatar o que eles colocaram lá. O MEC não tem esse poder de determinação.”

RISCOS FISCAIS. A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) também alertou para riscos fiscais e jurídicos da medida. Segundo a FNP, as finanças municipais não suportam os reajustes no atual cenário de incertezas do Brasil. E ressalta ainda que o aumento da arrecadação visto em 2021 tem “baixíssima possibilidade” de se repetir no médio prazo e, por isso, não deveria balizar políticas de governo para a área.

Além disso, a entidade alerta para problemas jurídicos, advindos da atualização da lei do Fundeb. “Sendo assim, prefeitos registram a apreensão com a possível oficialização do que foi explicitado no Twitter”, segue a FNP, que, por outro lado, ressalta reconhecer a importância de se valorizar os professores do País. **●**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Metropole **Caderno:** A **Página:** 16